



**CRIANÇAS ORIUNDAS DE TERREIROS DE CANDOMBLÉ E O
RELACIONAMENTO COM O UNIVERSO ESCOLAR**

Celeste Dias Amorim¹
Celio Silva Meira²

INTRODUÇÃO

Um dos grandes pensadores do Iluminismo, o filósofo alemão Immanuel Kant (2002, p. 69), já dizia em sua obra *Sobre a Pedagogia*, que “O homem é a única criatura que precisa ser educada”. Neste caso,

O Homem não se define como tal no próprio ato de seu nascimento, pois nasce apenas comocriatura biológica que carece se transformar, se re-criar como Ser Humano. [...] Ao nascer não se encontra equipado nem preparado para orientar-se no processo de sua própria existência (RODRIGUES, 2001, p. 240).

Kant (2002, p. 73) acrescenta que “o homem não pode se tornar homem senão pela educação”. Neste caso, segundo Rodrigues (2001, p. 240-41) “a formação humana resulta de um ato intencional, que transforma a criatura biológica em um novo ser, um ser de cultura”. Enquanto tal a Cultura significa todo o complexo que inclui a arte, o conhecimento, a lei, as crenças, os costumes, a moral, os hábitos e aptidões que são adquiridos no círculo familiar e na sociedade (MARCONI; PRESOTTO, 2006). Esse ato de aprender a cultura está também intimamente relacionado com o ato de educar através da escola.

Rodrigues (2001) nos alerta queeducar não é apenas isso. É, também, possibilitar ao educando a se transformar em um ser de inquietudes múltiplas, assim deve-se ativar

os meios intelectuais de cada educando para que ele seja capaz de assumir o pleno uso de suas potencialidades físicas, intelectuais e morais para conduzir a continuidade de sua própria formação. Esta é uma das condições para que ele se construa como sujeito livre e independente (RODRIGUES, 2001, p. 241).

1 Doutoranda do PRODEMA/UDESC. Brasil. Endereço eletrônico: celamorim@gmail.com

2 Doutorando do PPGDTDS da UCSal. Brasil. Endereço eletrônico: celiomeira2014@gmail.com



Diante do exposto, cabe-nos uma pergunta simples e, ao mesmo tempo, inquietante: será que educação é realmente direito de todos? Será que todos os alunos que são matriculados nas nossas escolas, anualmente, conseguem atingir os objetivos propostos por nós professores, pelo sistema e principalmente os anseios destes?

É partindo dessa premissa que este trabalho de pesquisa ainda em andamento vem propor uma reflexão, de como a escola lida/ relaciona com crianças/adolescentes de terreiros de candomblé. Assim, objetiva-se evidenciar como o preconceito se espacializa dentro das escolas com estes alunos frequentadores de religiões populares (candomblé/umbanda).

METODOLOGIA

O método aqui utilizado é a pesquisa-ação, que tem como embasamento teórico a obra *Metodologia da Pesquisa-Ação* de Michel Thiollant (2003). Os recursos metodológicos consistem de revisão bibliográfica de autores que aborda a temática, dentre eles: Candau (1994), Cunha Júnior (2006), Caputo (2012) entre outros; de observações em escolas pública estadual, quando percebemos a exclusão das religiões afro-brasileiras quando as mesmas vão realizar algum evento que envolva a questão religiosa, estas religiões nunca são convidadas a se fazerem presentes através de seus representantes, são sempre subalternizadas; de entrevistas com pais e filhos adeptos do candomblé, na qual é abordado se os filhos assumem no ambiente escolar que são de terreiro? Os nomes dos entrevistados envolvidos nesta pesquisa serão preservados a fim de evitar qualquer constrangimento futura, para tanto, utilizamos o artifício do pseudônimo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sabemos que o candomblé, como toda religião afrodescendente, é cercada de segredos e mistérios (CAPUTO, 2012). Mas aqui o silêncio não tem a ver com os segredos dos rituais. Ele foi imposto aos escravos desde o início de sua chegada ao nosso país. Os negros eram batizados com outros nomes e obrigados a aceitar, ou pelo menos dizer que aceitavam a religião do senhor branco: o catolicismo. Beniste (2006) lembra que as



medidas oficiais começaram a surgir a partir da Assembleia Constituinte de 1823 que, no artigo 16, a respeito da liberdade religiosa, dizia que a religião católica apostólica romana é a religião do Estado por excelência, e a única mantida por ele. Ainda de acordo com Beniste, em 1831 o Império do Brasil passava a ter o seu I Código Criminal que, no artigo 276, considerava como ofensa à religião celebrar culto ou outra religião que não fosse a do Estado.

Era de alçada do chefe da polícia o respectivo julgamento que constava de demolição do prédio e multa de 12\$000, valor da época. Essa determinação perdurou por quase 60 anos. O estado de pobreza extrema não permitiu aos escravos e ex-escravos darem-se ao luxo de possuir uma casa especial destinada a seus cultos. Por isso mesmo procuravam realizá-los na calada da noite. No decorrer do tempo, praticavam nos fundos das casas e sempre de forma modesta. E foi desta forma que os primeiros candomblés, tanto no Rio como em Salvador, se instalaram como cultos domésticos (BENISTE, 2006, p.28).

Diante do exposto, percebemos na contemporaneidade, que muita coisa mudou em relação às religiões afrodescendentes, não temos mais a perseguição da polícia nem a prisão dos chefes de terreiros e de adeptos, mas o preconceito ainda impera de outra forma, no silêncio, nas entrelinhas, o chamado preconceito velado. Quando entrevistamos uma mãe acerca de como o filho que é de candomblé se porta na escola, ouvimos o seguinte depoimento:

O silêncio, ainda utilizado por muitos candomblecistas em alguns espaços e dentre eles está a escola é como uma estratégia contra a perseguição, medo de ser motivo de chacota pelos demais presentes, meu filho na escola não fala que frequenta casa de santo, terreiro, pois os colegas irão rir dele e chamá-lo de macumbeiro, feiticeiro e associar a pessoa dela à figura do mal (Ana, 45 anos).

Existem alunos que preferem enfrentar a todos e dizer qual é a sua religião, nas entrevistas realizadas na execução desta pesquisa uma aluna nos disse que não tem vergonha e nem medo de assumir que é de “terreiro”. Mas nos confessou que sofre com as “piadinhas” dos colegas quando aborda o assunto em sala de aula ou dentro do ambiente da escola, “que a escola tem sido um verdadeiro ‘inferno’ para alunos homossexuais, e, sobretudo quando você é gay e de candomblé, ai piora a situação, o preconceito é em dobro” (Aline, 16 anos). Corroborando a Fundação Perseu Abramo por meio do estudo “*Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil*”, nos relata que:



Eles são ignorados ou impedidos de participar de atividades em grupo, são alvos de piadinhas e xingamentos, ora são agredidos fisicamente das mais variadas formas, o que acaba levando muitos a desistirem de seus sonhos, da escola, visto que esta passa a ser um ambiente inóspito para esses alunos, restando, portanto, a marginalidade social como forma de sobrevivência (FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO, 2010, s.p.).

Os alunos que são das religiões de matriz africana muitas vezes são discriminados pelos próprios professores e direção das escolas onde estudam. Conversando com uma mãe ela nos disse que quando tem “trabalho” no terreiro e que o aluno tem que faltar na escola, este acaba inventando uma desculpaqualquer para justificar a falta e nunca diz o real motivo de ter faltado, com medo dos professores não aceitar o verdadeiro motivo da falta, “*meu filho tem medo de ser insultado*”. As escolas, no geral, não estão preparadas para lidar com a diversidade e a complexidade da sociedade. As nossas escolas foram “feitas” para lidar com modelos heteronormativo que não destoa de um modelo “padrão de educação”, quando se deparam com tais situações se “perdem” e tentam normatizar dentro daquilo que considera “normal”.

Você pode se perguntar: Que caminhos eu devo seguir enquanto educador para alcançar o meu objetivo enquanto profissional? De educar meus alunos para viver em sociedade? Respeitar e aprender a conviver com a diferença? Com essas perguntas nos faz lembrar o romance célebre da literatura infantil: *As aventuras de Alice no país das maravilhas*, escrito em 1865, por *Lewis Carroll* em que há uma passagem no livro onde os personagens, Alice e o gato travam o seguinte diálogo:

Aonde fica a saída? -Perguntou Alice ao gato que ria.

Depende -Respondeu o gato.

De quê?-Replicou Alice.

Depende para onde você quer ir.

A Lei nº 10.639 institui a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira em todas as escolas situadas no território nacional (BRASIL, 2003), porém, existe uma grande distância, entre a lei e sua efetivação prática, em que as tensões raciais existentes no país dificultam sua implementação (CAPUTO, 2012), perpetuando o preconceito religioso. O que se percebe, contraditoriamente a legislação vigente, é a continuidade de tentativas de conversão do que é “diferente” em uma “igualdade”, de transformar o desconhecido em algo que seja conhecido, por isso as tentativas de catequizar o aluno ou aluna de candomblé e umbanda aos ritos do cristianismo.



CONCLUSÕES

Acreditamos que a saída paratudo isso, está na possibilidade de uma educação pautada no respeito à diversidade e para que isso se efetive uma modificabilidade social/comportamental. Para tanto,faz-se necessário, em primeiro lugar, uma formação de profissionais de educação pautada na compreensão de que a nossa sociedade é poli(multi) cultural e que todas essas dissidências culturais precisam ser respeitada e ter voz dentro do ambiente escolar; em segundo lugar, a própria estrutura didático-pedagógica que compõe a escola, tais como: os livros didáticos, o currículo que deve abordar a diversidade cultural de forma igualitária sem nenhuma superioridade de uma cultura sobre a outra e o professor que neste processo de conscientização deve pautar-se como um mediador possibilitando o novo olhar as “diferenças”, fortalecendo a pluralidade, porque, apesar de todos serem “iguais”, cada um é singular. E isto permite, ao homem, “viver como ser distinto e singular entre iguais” (ARENDDT, 2008, p. 191).

Palavras-chave: Educação. Formação. Preconceito. Religião afrodescendente.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. **A condição humana**. Tradução Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

BENISTE, José. **Mitos yorubá, o outro lado do conhecimento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

BRASIL. **Lei nº 10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Inclusão no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”. Brasília: Ministério da Educação, 2003.

CAPUTO, Stela Guedes. **Educação nos terreiros**: e como a escola se relaciona com



crianças de candomblé. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

CARROL, Lewis. **As aventuras de Alice no país das maravilhas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

CUNHA JÚNIOR, Henrique. **Africanidades, afrodescendências e educação**. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Diversidade sexual e homofobia no Brasil**. 2010.

KANT, Immanuel. **Sobre a pedagogia**. 3. ed. Tradução Francisco CockFontanella. Piracicaba: Unimep, 2002.

MARCONI, Marina de Andrade; PRESOTTO, Zélia Maria Neves. **Antropologia: uma introdução**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2006.

RODRIGUES, Neidson. Educação: da formação humana à construção do sujeito ético. **Educação & Sociedade**, ano XXII, n. 76, p. 232-257, Out. 2001.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2003. (Coleção temas básicos de pesquisa-ação)